



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: uma análise a partir das imbricações entre *questão social* e questão racial

ANA LUÍZA TAVARES BRUINJÉ ¹
LUANA PORTELA ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo problematizar as produções hegemônicas no Serviço Social acerca da população em situação de rua que, apesar de voltarem-se à análise crítica da realidade a partir dos conflitos capital/trabalho, pela ausência do debate da questão racial, ocultam os determinantes históricos imprescindíveis da passagem do modo de produção escravista ao capitalista e, portanto, das imbricações entre *questão social* e questão racial. A partir de pesquisa bibliográfica e análise de Trabalhos de Conclusão de Curso pautadas no método materialista histórico-dialético, buscamos endossar a análise crítica dos fundamentos históricos do fenômeno da população em situação de rua.

Palavras-chaves: População em situação de rua; *Questão social*; Questão racial.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo problematizar las producciones hegemónicas en Trabajo Social sobre la población en situación de calle, que, a pesar de recurrir a un análisis crítico de la realidad desde los conflictos capital/trabajo, por la ausencia del debate sobre la cuestión racial, ocultan los determinantes esenciales de la transición del

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Juiz De Fora

2 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Paraná

modo de produção escravista ao capitalista y, por lo tanto, de las superposiciones entre cuestión social y racial. Com base em la investigación bibliográfica y el análisis de los Trabajos de Conclusión de Curso basados em el método materialista histórico-dialéctico, buscamos avalar el análisis crítico de los fundamentos históricos del fenómeno de la población em situación de calle.

Palabras-claves: Población em situación de calle; Cuestión social; Cuestión racial

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma discussão acerca das imbricações entre questão racial e *questão social* na particularidade brasileira, levando em consideração, principalmente, os elementos que dialogam direta e indiretamente com a produção e reprodução do fenômeno população em situação de rua (PSR). Portanto, não se trata da análise do sujeito em situação de rua, mas deste fenômeno enquanto expressão da *questão social* na sociedade capitalista, a qual está, necessariamente, imbricada com a questão racial. Temos como hipótese que, majoritariamente, as produções do Serviço Social mais utilizadas para fundamentar este fenômeno, apesar de situarem-se no campo crítico e marxista da categoria, pela ausência de referência, ocultaram elementos centrais da formação sócio-histórica brasileira, principalmente acerca da passagem do modo de produção escravista ao capitalista, processo esse que, pela ausência de momentos

revolucionários ou de ruptura, carrega-se até os dias atuais elementos do passado.

Buscamos aqui, portanto, levantar um debate sobre as implicações da questão racial e *questão social* na constituição do fenômeno da população em situação de rua, voltando nossos esforços em desvelar os determinantes da realidade concreta para construir estratégias e táticas profissionais no campo do Serviço Social (PAULA, 2014), mais alinhadas aos reais objetivos da classe trabalhadora.

Partimos de uma pesquisa bibliográfica dos referenciais teórico-metodológicos produzidos pela categoria de assistentes sociais, os quais buscam analisar, a partir da teoria social crítica de Marx, uma das refrações da *questão social* produzida pelo e no modo de produção capitalista, qual seja, as condições de vida e sobrevivência da população em situação de rua.

Sendo assim, iremos inicialmente apresentar, a partir de Silva (2009), uma abordagem dos fundamentos desta expressão da *questão social* tal como ela é majoritariamente compreendida pela categoria, tendo em vista ser esta produção referência no tema para a profissão e outras áreas afins. Na sequência, iremos apresentar aquilo que compreendemos como lacunas na análise histórica do fenômeno a partir de reflexões sobre a questão racial enquanto constituinte da formação sócio-histórica brasileira e, portanto, intrinsecamente relacionada à *questão social*. Ainda, iremos expor uma análise dos resultados de pesquisa realizada durante Iniciação Científica, a qual debruçou-se na interpretação de Trabalhos de Conclusão de Curso que versam acerca do fenômeno população em situação de rua. Buscamos assim, elementos para compreender de que maneira está sendo fundamentado teórico-metodologicamente e historicamente por estudantes de graduação em Serviço Social esta expressão da *questão social*, tendo em vista que é um processo o qual busca-se, pela iniciação ao método materialista histórico-dialético, fundamentar o objeto de pesquisa, e ainda, demonstra os elementos em diálogo no processo de formação profissional.

Este trabalho não tem outra intenção se não buscar potencializar o teor crítico conquistado por esta categoria profissional, aproximando-a cada vez mais dos determinantes materiais presentes na sociedade burguesa desenvolvida na particularidade brasileira. Podemos assim dizer que, somamos esforços teórico-metodológicos e, certamente, ético-políticos para buscar a construção de estratégias e táticas que subordinem a dimensão técnico-operativa a, de fato, materializar os objetivos expressos e

respaldados pelo Projeto Profissional atual do Serviço Social (PAULA, 2014).

2. INDICAÇÕES PRELIMINARES

A obra de Silva (2009) é uma das principais referências no campo da teoria social crítica no Serviço Social a produzir um debate acerca do fenômeno PSR, voltando seus esforços na identificação teórico-metodológica das determinações sócio-históricas que o constituem. A autora utiliza-se de categorias centrais na obra marxiana e marxista como acumulação primitiva, mais valor, lumpemproletariado e centraliza a categoria trabalho para compreender o fundamento do fenômeno PSR.

Nesta perspectiva, a dinâmica própria do capitalismo, ao combater a tendencial queda da taxa de mais valia pela ampliação da composição orgânica do capital, favorece-se de um contingente populacional que, apesar de aparentar uma exclusão do processo (re)produtivo do capital, funciona como um regulador do preço do valor de troca da força de trabalho (SILVA, 2009). Ou seja, à medida que este exército de reserva se mantém aquém do trabalho, porém, simultaneamente, apto ao mesmo, pressiona a queda do preço do salário pelo aumento da oferta da força de trabalho no mercado.

(...) essa população se origina da forma flutuante, latente ou estagnada da superpopulação relativa, sendo que suas características e seu perfil possibilitam associá-la ao lumpem proletariado (parte da classe trabalhadora que se encontra no pauperismo, é apta ao trabalho, mas não é absorvida pelo mercado) ou, no máximo, ao exército industrial de reserva, na forma de superpopulação relativa estagnada, que sobrevive do trabalho precarizado. (SILVA, 2009, p. 101).

Neste sentido, realiza a mediação das categorias desenvolvidas por Marx para aproximar-se da particularidade brasileira na análise da singularidade do fenômeno PSR, apresentando o processo de industrialização, constituição dos centros urbanos a partir da compreensão do papel, na sociedade capitalista, da superpopulação relativa que, necessariamente, pela própria organização da divisão social do trabalho, irá ocupar as periferias ou, no caso, na ausência total de acesso à direitos, bens e serviços, as ruas. Silva (2009) ainda aponta para o processo de moralização e preconceito sofrido por esta população na busca de sua sobrevivência, o que nega, ainda mais, a atenção da sociedade no processo de formulação e implementação de políticas públicas e sociais que estejam, de

fato, alinhadas às demandas da PSR.

Por fim, conclui-se que, estando inserida como expressão do tensionamento capital/trabalho, refletindo o processo de extrema pauperização (re)produzido pela dinâmica, necessariamente, na ordem do capital, Silva (2009) afirma o que parece ser um consenso na literatura da profissão – nesta perspectiva teórico-metodológica -, de compreender o fenômeno PSR como uma expressão da *questão social*.

Desse modo, o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão incontestada da questão social. (...) Nesse contexto, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constitui fator relevante da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial e reserva, da elevação dos índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, consequentemente, da expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo. (SILVA, 2009, p. 115).

Sobre a pesquisa apresentada por Silva (2006) no terceiro capítulo do livro, a autora indica oito variáveis que foram utilizadas para compreender o fenômeno em sua particularidade, tendo já exposto as categorias abstratas que permitem aprofundar a compreensão da realidade concreta, sendo elas: sexo, idade, escolaridade, tempo na rua, relações com a família, relações com o trabalho antes da situação de rua e relação com o trabalho nesta condição. Há, neste ponto um elemento em evidência pela sua gritante ausência que, já percebido anteriormente, nesta posição fica explicitado, qual seja, a ausência da “variável” “raça³”/etnia. Ou seja, embora a análise de Silva tenha contribuído no sentido de ampliar o conhecimento crítico do fenômeno PSR, retirando seu sentido moralizador e culpabilizante, a ausência da categoria analítica “raça”/etnia afasta o fenômeno, inserido e reproduzido nas e pelas relações sociais, da sua materialidade concreta, assim como inviabiliza algumas possibilidades de pensar estratégias e táticas, junto desta população, mais assertivas no sentido de garantir suas demandas⁴ (PAULA, 2014). Sendo assim, buscaremos tecer, no

3 “Ainda que raça não tenha nenhum sentido biológico, sob o ponto de vista sócio-histórico, raça continua sendo um recurso político-ideológico de estigmatização, segregação, dominação e exploração em todo o mundo. Embora sua existência não seja mais validada pelas ciências naturais, sua existência é real nas mentes e na vida social concreta dos sujeitos. E mesmo esvaziada de sentido biológico, a ideia de raça persiste, sobretudo, no âmbito das relações de poder e dominação para a manutenção de uma sociedade desigual.” (ABEPSS, 2018, p. 14).

4“Diante de tantas violações de direitos, o MNPR destaca as seguintes bandeiras de luta: • Resgate da cidadania por meio de trabalho digno; • Salários suficientes para o sustento; • Moradia digna; • Atendimento à

próximo item, uma reflexão sócio-histórica apoiada na centralidade dos aspectos de classe e “raça”/etnia para compreender a (re)produção deste fenômeno estudado sem, contudo, perder os critérios que possibilitam apreender de maneira mais total as determinações da realidade, possibilitada pelo método materialista histórico dialético, assim como as categorias centrais para desvelar o movimento do capitalismo em suas nuances.

3. QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO RACIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Partimos do pressuposto de que a *questão social* e a questão racial estão umbilicalmente relacionadas no processo de constituição da sociabilidade burguesa no Brasil, tendo em vista que o processo de racialização das relações sociais a partir da superexploração da população negra africana no período escravista, antecede e fundamenta a própria formação da sociedade burguesa no Brasil. Devemos, pois, compreender as nuances que contornam e atravessam a passagem modo de produção escravista ao capitalista na particularidade brasileira para, assim, construirmos categorias de análise e perspectivas da totalidade da realidade mais aproximadas aos determinantes escondidos nas relações sociais na contemporaneidade.

Tendo em vista que o Serviço Social intervém e reproduz-se na e a partir da *questão social* e suas expressões, exige-se sempre, pelo próprio método adotado neste trabalho e pela categoria como aquele que permite uma maior aproximação dos determinantes da realidade concreta, um movimento constante de apreensão das categorias abstratas, possível apenas pela análise dialética da realidade historicamente determinada e a elevação ao concreto pensado, cheio de novos determinantes e mediações particulares. Buscaremos, portanto, na sequência, compreender as mediações que estabelecem-se no processo de transição do modo de produção escravista ao capitalista no Brasil, buscando dar enfoque aos *elementos centrais* que compõem o que entende-se por *questão social* hoje, qual seja, *as contradições das classes fundamentais em disputa, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, as expressões derivadas no tensionamento de classes* e do modelo de exploração estabelecido e *as respostas do aparelho burocrático estatal para o controle, equilíbrio e manutenção* da ordem estabelecida.

saúde.” (MNPR, 2010, p. 30)

Como podemos ver, o modo de produção escravista tem como componente estrutural mais importante as contradições entre senhores e escravos. E é essa dicotomia contraditória que lhe é inerente que impulsiona a dinâmica social e não as áreas de estabilidade parcial que nele existiam. (MOURA, 2020, p. 33).

Analisamos, portanto, a partir da imensa contribuição de Moura (2020a; 2020b), o modo de produção escravista enquanto um modelo próprio e particular de produção, onde as contradições gerais e estruturais regulam o ordenamento da produção e reprodução material, social e espiritual, fugindo de perspectivas singulares de exceções, da ideia de compreender a parte para entender o todo.

Segundo Moura (2020a), as classes fundamentais do modo de produção escravista são os senhores e escravos, sendo os primeiros detentores da propriedade da terra, dos instrumentos de produção, da matéria prima e da mercadoria acrescida de valor produzida ao final do processo; detinha ainda, enquanto mercadoria, os escravos. Ou seja, enquanto que, o trabalhador livre (que coexistia, principalmente no escravismo tardio, a partir de 1850), vendia a sua força de trabalho por um determinado período de tempo e recebia em troca o necessário para a sua reprodução social com base em aspectos históricos e morais da época, estando *livre* para vendê-la a outro capitalista, o trabalhador escravizado era vendido pelo traficante como mercadoria portadora de força de trabalho, detendo o senhor de escravo todo o valor que esta força de trabalho produziria ao longo de toda a vida do escravo.

A utilização da mão de obra da população negra africana é a referência fundamental na construção da sociedade brasileira, quer seja como integrante do trabalho escravo, como mercadoria que agrega valor aos bens do proprietário, quer seja como referência para organização do próprio modo de produção, uma vez que traz do continente africano experiências exitosas na área da agricultura, na fundição de ferro, na extração de minérios, na arquitetura, entre outros conhecimentos fundamentais que o colonizador pôde dispor para alavancar o projeto de desenvolvimento nacional. (EURICO, 2017, p. 418-419).

Conseguimos, portanto, *ler* as relações de produção a partir das categorias abstratas da produção em geral construídas pela teoria marxiana, entretanto, as mediações nos apontam, a partir do próprio método materialista, a particularidade de um modelo de produção próprio.

É preciso situar que, este tensionamento entre as classes fundamentais, qual seja,

onde um detém a posse sobre a vida e a produção material e espiritual do outro, é coberto de conflitos, contradições, coerção e rebeldia. As medidas de controle físico, econômico, jurídico e social, são fortemente combatidos pelos elementos de rebeldia do escravo e pelo processo de organização coletiva da luta social deste, independente da consciência ou não que se havia deste processo. É preciso ultrapassar a ideia de passividade e cordialidade no processo de superexploração da população escravizada, fugindo da compreensão da parte de exceção para construir regras gerais para o todo, que busca, na verdade, fortalecer a racionalidade racista a partir da legitimação da superexploração de não-brancos e negros.

Não só houve diversos conflitos, rebeliões, insurgências, resistência através dos quilombos, como foram necessárias medidas extraeconômicas juridicamente regulamentadas para o controle do processo de valorização da mercadoria do senhor e subjugação do escravo ao papel imposto a este na sociedade escravista.

Ora, o aparelho administrativo montado na Colônia tinha dupla finalidade: defender os interesses da Coroa e garantir a segurança dos senhores da insurgência negra escrava, que se mostrava dinâmica e constante nessa fase do modo de produção escravista (escravismo pleno). Se, de um lado, esmeravam-se na defesa dos direitos do Rei, da segurança da classe senhorial e na eficiência da máquina administrativa local, de outro, estruturavam-se militarmente para conter os escravos (africanos e também índios) que se recusavam ao trabalho, quer através da fuga individual, quer através de quilombos que se organizavam em toda a Colônia. Durante o tempo em que o escravismo pleno funcionou, os negros viviam em um verdadeiro corpo a corpo com os senhores e as autoridades. (MOURA, 2020, p. 38).

Ou seja, a pesquisa histórica realizada por Moura (2020a; 2020b) aponta a existência de um arcabouço jurídico-legal e a implementação de medidas sistemáticas de controle da organização social classista pelo aparelho estatal, visando a coerção das insurgências, a eliminação de tentativas de construção de novas sociabilidades a partir dos quilombos, assim como, a reprodução de um consenso social (a parte dos escravizados, obviamente) para legitimar a superexploração de outros seres humanos, como o fomento e divulgação de teorias “científicas” eugenistas e o incentivo à imigração europeia na perspectiva do “embranquecimento” (FERREIRA, 2010).

O eixo da dinâmica social desse período passa pelo comportamento do escravo rebelde ou descontente e as medidas das autoridades para impedi-lo. Isso não quer dizer que todo escravo fosse um quilombola ou um fugitivo. Em qualquer sociedade dividida em classes a consciência dos seus antagonismos não atinge a totalidade de seus membros, nem seria possível. Quando voltamos a repetir que a dinâmica desse tipo de sociedade passa pelo antagonismo entre escravos e senhores queremos assinalar que toda a máquina ideológica, administrativa e militar estava

montada objetivando manter o *equilíbrio social* e ele somente seria possível se houvesse uma estrutura de contenção capaz de mantê-la equilibrada. (MOURA, 2020a, p.38).

O processo longo e mediado por contradições na passagem do modo de produção escravista ao capitalista e, desta maneira, a transição do trabalho escravo ao trabalho livre precisa ser compreendido tendo em vista que, o primeiro serviu ao processo de acumulação primitiva da produção mercantil europeia, logo, o Brasil constituiu-se, historicamente, enquanto uma sociedade de capitalismo dependente, associada, principalmente, no período colonial, ao capital inglês. O próprio fim da Escravidão, tendo como marcos a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proíbe a importação de escravizados e estabelece, indiretamente, um maior fluxo de tráfico interno, a Lei do Ventre livre (1871), a Lei do Sexagenário (1885) e, por fim, a Lei Áurea (1888), transitou, concomitantemente com a existência de trabalhadores livres (não-brancos, indígenas, libertos, negros nascidos livres, brancos europeus) e trabalhadores escravizados que, com o movimento abolicionista, a quilombagem e as próprias necessidades de acumulação do capital associado ao liberalismo, tensionava a estrutura arcaica escravocrata, embora, sua convivência, tenha se dado de maneira *cordial*, criando bases a uma aliança das classes dominantes ao final do século XIX.

A relação umbilical entre liberalismo e escravismo só pode ser vista como um paradoxo (“a ideia fora do lugar”) se tomarmos a ideologia liberal como um tipo-ideal desgarrado das práticas coloniais e escravistas dos países centrais do capitalismo. Lá, e também aqui, o liberalismo funcionou como uma ideologia legitimadora do estado de coisas e estimulou, durante séculos a fio, a mais brutal violência contra as classes subalternas, via as expropriações massivas de meios de produção e subsistência, a (super)exploração da força de trabalho, a criminalização política das organizações classistas dos trabalhadores e a violência sexual contra mulheres escravizadas e livres. A liberdade concebida pelos liberais era uma realidade ficcional para mulheres, negros, indígenas, analfabetos, escravizados e toda sorte de membros das classes subalternas, seja nas metrópoles, seja nas colônias (e, futuramente, nos países dependentes). No cotidiano, vivenciavam violências econômicas e extraeconômicas legalizadas e sancionadas pelo Estado moderno. (CASTELO, 2021, p. 101).

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo se dá a partir da exclusão social, política, econômica da população negra, seja nascida livre ou liberta, no momento em que, com a eminência do fim do escravismo, são adotadas medidas eugênicas racistas de embranquecimento. Quando deveria se debater acerca do futuro do contingente populacional então *livre*, a política para entrada de imigrantes é impulsionada pela classe dominante e pelo aparelho estatal vigente e, certamente, não era voltada aos povos do continente africano, os quais foram priorizados alemães, italianos, franceses, poloneses,

entre outros europeus.

O capitalismo, estabelecido sob bases racializadas e racializantes, apoia-se nos pilares do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) para ampliar a produção de mais valor a partir da dupla desvalorização do preço da força de trabalho quando se utiliza de um segmento significativo da população para ocupar o papel do exército industrial de reserva. Este pressiona, pela alta demanda por ingressar no mercado de trabalho associados às baixíssimas condições de vida relegados, à diminuição do valor dos salários, ampliando a concorrência entre trabalhadores *livres* e, pela diminuição do valor do tempo socialmente necessário e a ampliação do valor tempo excedente, via extração de mais valor relativo, amplia a taxa de acumulação capitalista. O racismo como arma ideológica estimula ainda o aumento da concorrência interna à classe trabalhadora, fragmentando sua luta e mobilizações.

Com base na teoria marxiana, Silva (2009), apresenta as quatro classificações da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, qual seja, flutuante, latente, estagnada, pauperismo, tendo em vista que o último se caracteriza como a população apta ao trabalho, mas que não é absorvida pelo mercado e, neste ponto, fundamentamos as condições de existência social e historicamente determinadas do fenômeno PSR.

As mediações entre as categorias abstratas da produção em geral e as particularidades da passagem do escravismo ao capitalismo no Brasil enquanto processo que conserva e rompe com elementos das relações sociais, são fundamentais para afastar-se de compreensões baseadas em perspectivas individualizantes, moralizantes, que buscam, na vida individual do sujeito a *culpa* pela *rualização* (OLIVEIRA, 2015, p. 225).

4. UMA ANÁLISE DOS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A análise dos TCC's produzidos vem no sentido de aprofundar as reflexões acerca da hipótese aqui defendida, qual seja, de que a fundamentação histórica e teórico-metodológica acerca do fenômeno da PSR, dentro das produções científicas do Serviço Social a partir da teoria social crítica tem, majoritariamente, avançado no quesito da crítica à sociabilidade burguesa, entretanto, encora-se sob lacunas historiográficas que fragmentam e dificultam a compreensão de seus determinantes concretos, logo, ocultam possibilidades de construção de estratégias e táticas da própria população em situação de rua, assim como

de profissionais que atuam junto a este segmento. Dessa forma, iremos analisar, especificamente, a fundamentação teórico-metodológica que estes Trabalhos de Conclusão de Curso utilizam ao debater PSR.

Sendo assim, buscamos, dentre os 130 TCC's produzidos por estudantes do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná e disponíveis em acervo digital da Biblioteca desde 2006 (ano de início do curso), aqueles que versavam especificamente sobre a PSR, sendo identificados 7. O primeiro foi desenvolvido no ano de 2011 e o último no ano de 2018. Dentre estes, 6 tratam especificamente da PSR (VEIGA, 2018; SILVA, 2017; HACKER, 2011; CUNHA, 2017; GRAÇA, 2015; MOREIRA, 2017) e um aborda a temática em paralelo à Política de Saúde (ALBUQUERQUE, 2016).

Veremos na sequência de que maneiras as/os autores/as tratam a fundamentação histórica e teórico-metodológica acerca do fenômeno PSR, portanto, não se trata de compreender indicações de perfis ou particularidades das pesquisas de campo e análise de dados por eles/as realizada, mas sim, buscar compreender como percebem a produção e reprodução deste fenômeno na sociedade capitalista.

Veiga (2018, p. 29) entende que o fenômeno PSR é “gerado” por meio do processo de exclusão social e afirma que “a pobreza e o desemprego são fatores que aumentam a população para a situação de rua” (VEIGA, 2018, p. 23). A egressa, coadunando com Silva (2009), afirma que “o emprego é um fator importante para minimizar as consequências frente a esta realidade” (VEIGA, 2018, p. 23). Todavia, apenas o emprego não impediria esse segmento de fazer das ruas a sua morada, tendo em vista que é uma população que está inserida em diversos tipos de trabalhos extremamente precarizados e informais, como por exemplo, catadores de materiais recicláveis, flanelinhas etc. Certamente, com a centralidade do trabalho alienado e alienante, o emprego formal na sociedade burguesa é pilar base de sobrevivência e acesso à renda. Entretanto, há neste ponto uma limitação acerca da compreensão da produção social deste fenômeno.

Sendo a pobreza e desemprego expressões da *questão social*, são portanto, derivações da centralidade das contradições geradas a partir dos tensionamentos e antagonismos de interesses entre a classe trabalhadora e a burguesa. E ainda, levando em consideração que, na particularidade brasileira, a *questão social* constitui-se a partir dos conflitos que vislumbramos no item anterior (MOURA, 2020) permite-nos afirmar que o nó

da *questão social* é a questão racial (GONÇALVES, 2018).

(...) qual a nossa dificuldade em compreender que a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa? Ora o modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando que esta se mantenha e continue a sustentar a reprodução do capital. (GONÇALVES, 2018, P. 520).

Hacker (2017), situa a influência do êxodo rural como o início do fenômeno população em situação de rua relacionado ao processo de industrialização (2011, p. 23). Dialogamos com esta análise a partir da obra de Nasser (2001), a qual realiza suas entrevistas com os homens que encontravam-se albergados na grande São Paulo e podemos observar que a grande maioria destes tem comum a saída do campo e ida para a capital em busca de trabalho, o qual, levando em consideração a necessidade intrínseca do capitalismo de gerar um exército industrial de reserva, o racismo e xenofobia como expressões da *questão social*, tendo em vista os laços familiares já rompidos, endossavam as fileiras da PSR. É importante situar, neste ponto que, o fenômeno não é gerado a partir de vontades individuais de “melhorar de vida”, ao contrário, a organização da produção e reprodução social, no modelo de produção capitalista de histórico escravagista, faz com que a população não branca ocupe os piores espaços da divisão social e sexual do trabalho, e ainda, que seja majoritária na produção do exército industrial de reserva. Este é o fundamento concreto, de múltiplas determinações, que induzem vontades individuais.

Ainda dialogando com Hacker (2011), pensar a gênese do fenômeno da PSR na particularidade brasileira, seria necessário retomar a Lei de Terras de 1850 e o processo transformação do modo de produção escravista em capitalista dependente, um processo histórico este que empurrou a população não branca tanto para trabalhos análogos à escravidão no campo, assim como para as periferias urbanas sem acesso à trabalho e renda e as condições básicas de vida que se gestavam nas cidades.

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014, p. 31).

Moreira (2017), a partir da sua pesquisa, entende que a população em situação de

rua é atingida pela desigualdade em nosso país, entretanto, no decorrer do seu trabalho ressalta que este fenômeno está relacionado, necessariamente, às contradições do modo de produção capitalista (MOREIRA, 2017, p. 15).

Deste modo são muitos os cidadãos que acabam tendo suas vidas atingidas pela desigualdade social que este sistema nos impõe através da exploração da mais valia e, para, além disso, pelo contingente de pessoas que sequer acessam o mercado de trabalho e, portanto, impossibilitadas muitas vezes de manter sua habitação, alimentação, vestimenta, dentre outros, passando a viver em condições precárias, chegando inclusive à situação de rualização.

A autora ainda ressalta a constituição de um modelo formal jurídico de igualdade de direitos e oportunidades pelo qual a sociabilidade burguesa falsamente se apresenta, tendo em vista que, durante todo o processo de passagem do modelo de produção escravista ao capitalista, foram criadas leis para fomentar a entrada de imigrantes brancos e refutar aqueles advindos de países de África. Este processo reflete-se em expressões que estão diretamente relacionadas à *questão social*, tendo em vista a impossibilidade de compreender esta apartada da questão racial.

A egressa Cunha (2017) procura analisar os determinantes que levaram a população a estar em situação de rua e, assim como Moreira (2017), situa este fenômeno analiticamente sob os pilares da contradição capital trabalho. Entende que o aumento da população em situação de rua se dá por conta das mudanças do modelo capitalista da sociedade, da intensificação das formas de exploração, da reestruturação produtiva e do crescimento da industrialização. Entretanto, não há, novamente, menção ao racismo estrutural do país. Eurico (2017) nos aponta que ao falarmos da história do Brasil, é inviável e incoerente abster-se de tratar, rigorosamente, da questão racial, dos processos que produzem e reproduzem a exploração, opressão e a da população negra.

A egressa Silva (2017) se propõe a responder a seguinte questão: como surge a população em situação de rua? Considera que é uma expressão da *questão social* e que está atrelada com a relação de tensionamentos entre o capital e o trabalho. Novamente, embora faça um apanhado geral em sua pesquisa sobre os momentos históricos de constituição do capitalismo, em nenhum momento aponta os fundamentos da *questão social* atrelada à questão racial e a população em situação de rua. “À medida que o capitalismo cresce, a proletarização é expandida e a desigualdade social aumenta, cresce a

superpopulação relativa e os moradores em situação de rua se multiplicam, com isto as ruas passam a ser palco de um novo cenário” (SILVA, 2017. p. 33).

Estamos levando em consideração o acúmulo teórico requerido e disposto no momento da produção de TCC's, por isso, busca-se a fundamentação teórica utilizada pelas então estudantes de Serviço Social, e não necessariamente a análise feita por elas para abarcar a compreensão do fenômeno e, é a partir deste critério que estamos considerando as reflexões para dialogar com nossa hipótese.

Dos trabalhos analisados, todos os 7 utilizaram as produções de Silva (2009) que, embora seja de altíssima relevância científica e acadêmica para compreender rigorosamente o processo de constituição da superpopulação relativa no Brasil, pela ausência, oculta um dos pilares centrais constitutivos da sociabilidade burguesa contemporânea, qual seja, a questão racial e suas expressões, as quais estão visceralmente relacionadas às expressões da *questão social*.

A análise dos TCC's demonstra ainda que o debate étnico/racial não é profundamente debatido dentro das salas de aula, tendo em vista a ausência completa de qualquer menção acerca de nas produções de discentes de graduação. Este é um caminho que deve ser fomentado por estudantes de graduação através da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, por estudantes de Pós Graduação nos respectivos programas nos cursos de Mestrado e Doutorado, por assistentes sociais, tendo sua representação máxima no Conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS enquanto articuladora do ensino e pesquisa em Serviço Social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, a partir da pesquisa bibliográfica, pesquisa exploratória dentro dos referenciais que tratam da PSR no Serviço Social e análise dos TCC's, que a fundamentação do fenômeno da PSR, embora já seja hegemonicamente localizada tendo como direcionamento a teoria social crítica e as expressões advindas da contradição capital/trabalho, permanece ainda afastada da totalidade das relações sociais na particularidade brasileira por não levar em consideração nos movimentos de abstração teórico-metodológica determinações e conceitos acerca da questão racial, do modo de

produção escravista, do racismo estrutural e da particularidade da classe trabalhadora no país.

A análise histórica da particularidade da passagem do modo de produção escravista ao capitalista de caráter dependente, permite-nos pensar mediações entre o processo de pauperização universal nas sociedades capitalistas e as categorias particulares da realidade concreta e singular de sobrevivência da população em situação de rua. É este caminho que vai dar sentido e materialização, conforme os objetivos do Projeto Ético-Político, às estratégias e táticas construídas junto à população em situação de rua no trabalho de assistentes sociais, seja no cotidiano sócio-ocupacional ou nos projetos de pesquisa e extensão realizados em âmbito acadêmico. Alcançar os determinantes, conceitos e mediações presentes nesta particularidade o mais próximo de sua real dinâmica, será, sem dúvida, um ganho teórico-político para toda a classe trabalhadora expropriada e, também, para a qualificação do trabalho e formação profissional em Serviço Social.

REFERENCIAIS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória, dez./2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acessado em: jul./2022.

ALBUQUERQUE, Bárbara Regiane Fraga de. **A população em situação de rua: atenção à saúde no hospital regional do litoral**. 2020. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2016.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

CASTELO, Rodrigo. **A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021.

CUNHA, Gabrielly Martins da. **Um estudo relacionado à população em situação de rua que utiliza os serviços do centro pop em paranaguá**. 2017. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

EURICO, M. C. **Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social**. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, jul.-dez./2017

FERREIRA, Camila Manduca. **O NEGRO NA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL (Brasil, 1936-1947)**. Dissertação de mestrado orientada pelo prof.º Dr.º José Paulo Netto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação/Mestrado. Rio de Janeiro, 2010

FLORESTAN, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kottler Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020

GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez.

GRAÇA, Joice Krominski. **População em situação de rua: análise de um grupo no município de paranaguá-pr**. 2015. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2015.

HACKER, Diaime Elizandra. **Trajetórias de vida de pessoas em situação de rua no município de guaratuba/pr**. 2011. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**; 10. ed. - São Paulo : Ática, 2014. 200p.

Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). **Cartilha para formação: Conhecer para lutar**. Instituto Pólis. 2010.

MOREIRA, Cátia Tais *et al.* **A política nacional de inclusão para a população em situação de rua e suas repercussões na vida dos adultos em situação de rua do município de guaratuba-pr**. 2017. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3. Ed. – São Paulo, SP : Anita Garibaldi, 2020a.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6. Ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b;

OLIVEIRA, R; SAMPAIO, S. S; SALDANHA, W. S. **Redução de danos no atendimento a sujeitos em situação de rua**. Argumentum, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 221-234, jul./dez. 2015.

PAULA, L. G. P. **Um debate sobre estratégias e táticas: problematizações no campo do serviço social**. 2014. 500 f. Tese (Doutorado) - Curso Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

SILVA, Andressa Priscila da. **SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO POP: relatos dos usuários**. 2017. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil**. - São Paulo: Cortez, 2009.

VEIGA, Cleuza. **Um estudo sobre os serviços disponíveis à população em situação de rua no litoral paranaense**. 2018. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2018.

,